



SIDNEY GUERRA

*Pós-Doutor em Cultura Contemporânea – UFRJ*

*Doutor e Mestre em Direito – UGF*

*Professor Adjunto da Faculdade Nacional de Direito – UFRJ*

*Professor Titular e Coordenador de Pesquisa Jurídica da UNIGRANRIO*

*Professor do Programa de Mestrado da Faculdade de Direito de Campos*

# DIREITO AMBIENTAL

## *Legislação*

3ª edição

EDITORA LUMEN JURIS

Rio de Janeiro

2007

# Sumário

Prefácio à Terceira Edição .....	xv
<b>NORMAS GERAIS RELATIVAS AO MEIO AMBIENTE</b>	
Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981 .....	3
<i>Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências</i>	
Lei nº 7.797, de 10 de julho de 1989 .....	12
<i>Cria o Fundo Nacional de Meio Ambiente e dá outras providências.</i>	
Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998 .....	13
<i>Mensagem de veto Dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, e dá outras providências.</i>	
Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999 .....	26
<i>Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências.</i>	
Decreto nº 3.179, de 21 de setembro de 1999 .....	31
<i>Dispõe sobre a especificação das sanções aplicáveis às condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, e dá outras providências.</i>	
Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000 .....	41
<i>Regulamenta o art. 225, § 1º, incisos I, II, III e VII, da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências.</i>	
Decreto nº 4.281, de 25 de junho de 2002 .....	56
<i>Regulamenta a Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999, que institui a Política Nacional de Educação Ambiental, e dá outras providências.</i>	
Decreto nº 4.297, de 10 de julho de 2002.....	59
<i>Regulamenta o art. 9º, inciso II, da Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, estabelecendo critérios para o Zoneamento Ecológico-Econômico do Brasil – ZEE, e dá outras providências.</i>	
Decreto nº 4.340, de 22 agosto de 2002.....	63
<i>Regulamenta artigos da Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza – SNUC, e dá outras providências.</i>	
Lei nº 10.650, de 16 de abril de 2003 .....	70
<i>Dispõe sobre o acesso público aos dados e informações existentes nos órgãos e entidades integrantes do SISNAMA.</i>	
<b>NORMAS PERTINENTES A PROTEÇÃO À FLORA</b>	
Lei nº 4.771, de 15 de setembro de 1965.....	75
<i>Institui o Novo Código Florestal</i>	
Decreto nº 84.017, de 21 de setembro de 1979 .....	86
<i>Aprova o Regulamento dos Parques Nacionais Brasileiros.</i>	
Lei nº 6.894, de 16 de dezembro de 1980.....	93
<i>Dispõe sobre a inspeção e fiscalização da produção e do comércio de fertilizantes, corretivos, inoculantes, estimulantes ou biofertilizantes, destinados à agricultura, e dá outras providências.</i>	
Lei nº 6.902, de 27 de abril de 1981 .....	95
<i>Dispõe sobre a criação de Estações Ecológicas, Áreas de Proteção Ambiental e dá outras providências.</i>	
Decreto nº 89.336, de 31 de janeiro de 1984 .....	97
<i>Dispõe sobre as Reservas Econômicas e Áreas de Relevante Interesse Ecológico, e dá outras providências.</i>	

Decreto nº 98.897, de 30 de janeiro de 1990 .....	99
<i>Dispõe sobre as reservas extrativistas e dá outras providências.</i>	
Decreto nº 99.274, de 6 de junho de 1990 .....	100
<i>Regulamenta a Lei nº 6.902, de 27 de abril de 1981, e a Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, que dispõem, respectivamente, sobre a criação de Estações Ecológicas e Áreas de Proteção Ambiental e sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, e dá outras providências</i>	
Decreto nº 750, de 10 de fevereiro de 1993 .....	111
<i>Dispõe sobre o corte, a exploração e a supressão de vegetação primária ou nos estágios avançado e médio de regeneração da Mata Atlântica, e dá outras providências.</i>	
Decreto nº 2.661, de 8 de julho de 1998 .....	113
<i>Regulamenta o parágrafo único do art. 27 da Lei nº 4.771, de 15 de setembro de 1965 (Código Florestal), mediante o estabelecimento de normas de precaução relativas ao emprego do fogo em práticas agropastoris e florestais, e dá outras providências.</i>	
Decreto nº 2.662, de 8 de julho de 1998 .....	118
<i>Dispõe sobre medidas a serem implementadas na Amazônia Legal, para monitoramento, prevenção, educação ambiental e combate a incêndios florestais.</i>	
Resolução nº 302, de 20 de março de 2002 .....	120
<i>Dispõe sobre os parâmetros, definições e limites de Áreas de Preservação Permanente de reservatórios artificiais e o regime de uso do entorno.</i>	
Resolução nº 303, de 20 de março de 2002 .....	123
<i>Dispõe sobre parâmetros, definições e limites de Áreas de Preservação Permanente.</i>	
Lei nº 11.284, de 2 de março de 2006 .....	126
<i>Dispõe sobre a gestão de florestas públicas para a produção sustentável; institui, na estrutura do Ministério do Meio Ambiente, o Serviço Florestal Brasileiro – SFB; cria o Fundo Nacional de Desenvolvimento Florestal – FNDF; altera as Leis nºs 10.683, de 28 de maio de 2003, 5.868, de 12 de dezembro de 1972, 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, 4.771, de 15 de setembro de 1965, 6.938, de 31 de agosto de 1981, e 6.015, de 31 de dezembro de 1973; e dá outras providências.</i>	

## **NORMAS PERTINENTES À PROTEÇÃO À FAUNA**

Lei nº 5.197, de 3 de janeiro de 1967 .....	155
<i>Dispõe sobre a proteção à fauna e dá outras providências.</i>	
Decreto-lei nº 221, de 28 de fevereiro de 1967 .....	160
<i>Dispõe sobre a proteção e estímulos à pesca e dá outras providências.</i>	
Lei nº 6.638, de 8 de maio de 1979 .....	173
<i>Estabelece normas para a prática didático-científica da vivissecção de animais e determina outras providências.</i>	
Lei nº 7.643, de 18 de dezembro de 1987 .....	174
<i>Proíbe a pesca de cetáceo nas águas jurisdicionais brasileiras, e dá outras providências.</i>	
Lei nº 7.679, de 23 de novembro de 1988 .....	175
<i>Dispõe sobre a proibição da pesca de espécies em períodos de reprodução e dá outras providências.</i>	
Decreto nº 97.633, de 10 de abril de 1989 .....	177
<i>Dispõe sobre o Conselho Nacional de Proteção à Fauna – CNPF, e dá outras providências.</i>	
Lei nº 10.519, de 17 de julho de 2002 .....	178
<i>Dispõe sobre a promoção e a fiscalização da defesa sanitária animal quando da realização de rodeio e dá outras providências.</i>	

## **NORMAS PERTINENTES AO ZONEAMENTO AMBIENTAL**

Lei nº 6.803, de 2 de julho de 1980 .....	183
<i>Dispõe sobre as diretrizes básicas para o zoneamento industrial nas áreas críticas de poluição, e dá outras providências.</i>	

Lei nº 7.661, de 16 de maio de 1988.....	186
<i>Institui o Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro e dá outras providências.</i>	

### **NORMAS PERTINENTES AO LICENCIAMENTO AMBIENTAL**

Lei nº 4.778, de 22 de setembro de 1965.....	191
<i>Dispõe sobre a obrigatoriedade de serem ouvidas as autoridades florestais na aprovação de plantas e planos de loteamento para venda de terrenos em prestações.</i>	
Resolução CONAMA nº 001, de 23 de janeiro de 1986.....	192
<i>Estabelece definições, as responsabilidades, os critérios básicos e as diretrizes gerais para uso e implementação da Avaliação de Impacto Ambiental como um dos instrumentos da Política Nacional do Meio Ambiente.</i>	
Resolução CONAMA nº 006, de 24 de janeiro de 1986.....	196
<i>Dispõe sobre a aprovação de modelos para publicação de pedidos de licenciamento.</i>	
Resolução CONAMA nº 009, de 3 de dezembro de 1987 .....	199
<i>Dispõe sobre a questão de audiências Públicas.</i>	
Resolução CONAMA nº 237, de 19 de dezembro de 1997 .....	200
<i>Regulamenta os aspectos de licenciamento ambiental estabelecidos na Política Nacional do Meio Ambiente.</i>	
Resolução CONAMA nº 265, de 27 de janeiro de 2000.....	209
<i>Derramamento de óleo na Baía de Guanabara e Indústria do Petróleo.</i>	
Resolução CONAMA nº 279, de 27 de junho de 2001.....	210
<i>Estabelece procedimentos para o licenciamento ambiental simplificado de empreendimentos elétricos com pequeno potencial de impacto ambiental.</i>	
Resolução nº 306, de 5 de julho de 2002 .....	214
<i>Estabelece os requisitos mínimos e o termo de referência para realização de auditorias ambientais.</i>	
Resolução nº 334, de 3 de abril de 2003.....	219
<i>Dispõe sobre os procedimentos de licenciamento ambiental de estabelecimentos destinados ao recebimento de embalagens vazias de agrotóxicos</i>	

### **NORMAS PERTINENTES AO CONTROLE DA POLUIÇÃO**

Lei nº 8.723, de 28 de outubro de 1993 .....	227
<i>Dispõe sobre a redução de emissão de poluentes por veículos automotores e dá outras providências.</i>	

### **NORMAS PERTINENTES A POLUIÇÃO POR AGROTÓXICOS**

Lei nº 7.802, de 11 de julho de 1989 .....	233
<i>Dispõe sobre a pesquisa, a experimentação, a produção, a embalagem e rotulagem, o transporte, o armazenamento, a comercialização, a propaganda comercial, a utilização, a importação, a exportação, o destino final dos resíduos e embalagens, o registro, a classificação, o controle, a inspeção e a fiscalização de agrotóxicos, seus componentes e afins, e dá outras providências.</i>	
DECRETO Nº 4.074, DE 4 DE JANEIRO DE 2002 .....	239
<i>Regulamenta a Lei nº 7.802, de 11 de julho de 1989, que dispõe sobre a pesquisa, a experimentação, a produção, a embalagem e rotulagem, o transporte, o armazenamento, a comercialização, a propaganda comercial, a utilização, a importação, a exportação, o destino final dos resíduos e embalagens, o registro, a classificação, o controle, a inspeção e a fiscalização de agrotóxicos, seus componentes e afins, e dá outras providências.</i>	

### **NORMAS PERTINENTES A POLUIÇÃO HÍDRICA**

Decreto nº 24.643, de 10 de julho de 1934 .....	275
<i>Decreta o Código de Águas.</i>	
Decreto nº 83.540, de 4 de junho de 1979 .....	301
<i>Regulamenta a aplicação da Convenção Internacional sobre Responsabilidade Civil em Danos Causados por Poluição por Óleo, de 1969, e dá outras providências.</i>	

Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997 .....	303
<i>Institui a Política Nacional de Recursos Hídricos, cria o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos, regulamenta o inciso XIX do art. 21 da Constituição Federal, e altera o art. 1º da Lei nº 8.001, de 13 de março de 1990, que modificou a Lei nº 7.990, de 28 de dezembro de 1989.</i>	
Lei nº 9.966, de 28 de abril de 2000 .....	314
<i>Dispõe sobre a prevenção, o controle e a fiscalização da poluição causada por lançamento de óleo e outras substâncias nocivas ou perigosas em águas sob jurisdição nacional e dá outras providências.</i>	
Lei nº 9.984, de 17 de julho de 2000 .....	323
<i>Dispõe sobre a criação da Agência Nacional de Águas – ANA, entidade federal de implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos e de coordenação do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos, e dá outras providências.</i>	
Decreto nº 3.692, de 19 de dezembro de 2000 .....	332
<i>Dispõe sobre a instalação, aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos Comissionados e dos Cargos Comissionados Técnicos da Agência Nacional de Águas – ANA, e dá outras providências.</i>	
Decreto nº 4.136, de 20 de fevereiro de 2002 .....	342
<i>Dispõe sobre a especificação das sanções aplicáveis às infrações às regras de prevenção, controle e fiscalização da poluição causada por lançamento de óleo e outras substâncias nocivas ou perigosas em águas sob jurisdição nacional, prevista na Lei nº 9.966, de 28 de abril de 2000, e dá outras providências.</i>	
Decreto nº 4.871, de 6 de novembro de 2003 .....	357
<i>Dispõe sobre a instituição dos Planos de Áreas para o combate à poluição por óleo em águas sob jurisdição nacional e dá outras providências.</i>	
Decreto nº 4.895, de 25 de novembro de 2003 .....	362
<i>Dispõe sobre a autorização de uso de espaços físicos de corpos d'água de domínio da União para fins de aquicultura, e dá outras providências.</i>	
Medida-Provisória nº 165, de 11 de fevereiro 2004 .....	366
<i>Dispõe sobre o contrato de gestão entre a Agência Nacional de Águas e as entidades delegatárias das funções de Agência de Água, nos termos do art. 51 da Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997, e dá outras providências.</i>	
Lei nº 10.881, de 9 de junho de 2004 .....	368
<i>Dispõe sobre os contratos de gestão entre a Agência Nacional de Águas e entidades delegatárias das funções de Agências de Águas relativas à gestão de recursos hídricos de domínio da União e dá outras providências.</i>	
Resolução Conama nº 357, de 17 de março de 2005 .....	371
<i>Dispõe sobre a classificação dos corpos de água e diretrizes ambientais para o seu enquadramento, bem como estabelece as condições e padrões de lançamento de efluentes, e dá outras providências.</i>	

#### **NORMAS PERTINENTES A POLUIÇÃO POR MINERAÇÃO**

Decreto-lei nº 227, de 28 de fevereiro de 1967 .....	399
<i>Da nova redação ao Decreto-Lei nº 1.985, de 29 de janeiro de 1940 (Código de Minas).</i>	
Resolução/CONAMA nº 009, de 6 de dezembro de 1990 .....	420
<i>Dispõe sobre o Licenciamento Ambiental para Pesquisa Mineral.</i>	

#### **NORMAS PERTINENTES A POLUIÇÃO SONORA**

Resolução/CONAMA nº 001, de 8 de março de 1990 .....	425
<i>Cria normas a serem obedecidas, referentes à emissão de ruídos em decorrência de quaisquer atividades.</i>	
Resolução/CONAMA nº 002, de 8 de março de 1990 .....	426
<i>Cria o Programa Nacional de Educação e Controle da Poluição Sonora.</i>	
Resolução/CONAMA nº 20, de 7 de dezembro de 1994 .....	427
<i>Cria o selo-ruído como indicação do nível de potência sonora em aparelhos eletrodomésticos e dá outras providências.</i>	

Resolução/CONAMA nº 17, de 13 dezembro de 1995 .....	428*
<i>Dispõe sobre o controle de emissão de ruídos em veículos automotores que sofreram modificações.</i>	
Resolução/CONAMA nº 20, de 24 de outubro de 1996 .....	431
<i>Dispõe sobre o controle de emissão de poluentes atmosféricos e ruídos emitidos por veículos automotores.</i>	
Resolução/CONAMA nº 242, de 30 de junho de 1998 .....	433
<i>Cria limites máximos de ruídos em veículos com características especiais para uso fora de estradas.</i>	
Resolução/CONAMA nº 252, de 1º de fevereiro de 1999 .....	434
<i>Cria critérios específicos para a fiscalização das emissões sonoras dos veículos que circulam por vias públicas.</i>	

### **NORMAS PERTINENTES A POLUIÇÃO POR ENERGIA NUCLEAR**

Lei nº 4.118, de 27 de agosto de 1962 .....	441
<i>Dispõe sobre a política nacional de energia nuclear, cria a Comissão Nacional de Energia Nuclear, e dá outras providências</i>	
Lei nº 6.453, de 17 de outubro de 1977 .....	447
<i>Dispõe sobre a responsabilidade civil por danos nucleares e a responsabilidade criminal por atos relacionados com atividades nucleares e dá outras providências</i>	
Decreto-Lei nº 1.809, de 7 de outubro de 1980 .....	451
<i>Institui o Sistema de Proteção ao Programa Nuclear Brasileiro, e dá outras providências.</i>	
Decreto nº 2.210, de 22 de abril de 1997 .....	453
<i>Regulamenta o Decreto-Lei nº 1.809, de 7 de outubro de 1980, que instituiu o Sistema de Proteção ao Programa Nuclear Brasileiro (SEPRON), e dá outras providências.</i>	
Lei nº 10.308, de 20 de novembro de 2001 .....	463
<i>Dispõe sobre a seleção de locais, a construção, o licenciamento, a operação, a fiscalização, os custos, a indenização, a responsabilidade civil e as garantias referentes aos depósitos de rejeitos radioativos, e dá outras providências.</i>	

### **NORMAS PERTINENTES A POLUIÇÃO POR RESÍDUOS SÓLIDOS**

Resolução nº 002, de 22 de agosto de 1991 – CONAMA .....	471
<i>Dispõe sobre cargas contaminadas, deterioradas e outras</i>	
Resolução nº 006, de 19 de setembro de 1991 – CONAMA .....	472
<i>Desobriga a incineração de resíduos sólidos, provenientes de hospitais, portos e aeroportos.</i>	
Resolução nº 008, de 19 de setembro de 1991 – CONAMA .....	473
<i>Proíbe a entrada no País de materiais residuais à disposição final e incineração no Brasil.</i>	
Resolução nº 23, de 12 de dezembro de 1996 – CONAMA .....	474
<i>Revoga a Resolução nº 37 de 30.12.1994 e dá outras providências.</i>	

### **ESTATUTO DA CIDADE**

Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001 .....	493
<i>Regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências.</i>	
Medida-Provisória nº 2.220, de 4 de setembro de 2001 .....	506
<i>Dispõe sobre a concessão de uso especial de que trata o § 1º do art. 183 da Constituição, cria o Conselho Nacional de Desenvolvimento Urbano – CNDU e dá outras providências.</i>	

### **NORMAS PERTINENTES AO PROGRAMA DE PROTEÇÃO À BIODIVERSIDADE**

Decreto nº 4.339, de 22 de agosto de 2002 .....	511
<i>Institui princípios e diretrizes para a implementação da Política Nacional da Biodiversidade.</i>	

Decreto nº 4.703, de 21 de maio de 2003 .....	537
<i>Dispõe sobre o Programa Nacional da Diversidade Biológica – PRONABIO e a Comissão Nacional da Biodiversidade, e dá outras providências.</i>	
Lei nº 10.814, de 15 de dezembro de 2003 .....	541
<i>Estabelece normas para o plantio e comercialização da produção de soja geneticamente modificada da safra de 2004, e dá outras providências.</i>	
Decreto nº 4.946, de 31 de dezembro de 2003 .....	544
<i>Altera, revoga e acrescenta dispositivos ao Decreto nº 3.945, de 28 de setembro de 2001, que regulamenta a Medida-Provisória nº 2.186-16, de 23 de agosto de 2001.</i>	

#### **NORMAS PERTINENTES À CAMADA DE OZÔNIO**

Resolução nº 267, de 14 de setembro de 2000 .....	551
<i>Proibição de substâncias que destroem a camada de ozônio</i>	
Resolução nº 340, de 25 de setembro de 2003 .....	555
<i>Dispõe sobre a utilização de cilindros para o envasamento de gases que destroem a Camada de Ozônio, e dá outras providências.</i>	

#### **NORMAS PERTINENTES AO MEIO AMBIENTE CULTURAL**

Decreto-Lei nº 25, de 30 de novembro de 1937 .....	559
<i>Organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional.</i>	
Lei nº 3.924, de 26 de julho de 1961 .....	564
<i>Dispõe sobre os monumentos arqueológicos e pré-históricos.</i>	

#### **CONVENÇÕES INTERNACIONAIS RELACIONADAS AO MEIO AMBIENTE**

Convenção das Nações Unidas sobre Diversidade Biológica .....	571
Declaração de Estocolmo de junho de 1972 .....	589
Declaração sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (Rio de Janeiro, 1992) .....	594
Protocolo de Quioto à Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima ..	598
Declaração de Joanesburgo sobre Desenvolvimento Sustentável .....	619

#### **CONSTITUIÇÃO FEDERAL**

Normas constitucionais aplicadas ao meio ambiente .....	625
---------------------------------------------------------	-----